

Perspectivas de Leitura e educação: algumas reflexões sobre o acesso à informação e a militância anarquista no Brasil na Primeira República.

Alex Brito Ribeiro

Mestrando em História pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (PPHR – UFRRJ), membro do Grupo de Pesquisa Discurso, Representações e Práticas Sociais, pela Universidade Salgado de Oliveira (UNIVERSO). Professor de História da rede privada de educação.

Resumo: Este texto tem como proposta pensar a questão da leitura no Brasil do início do século XX, a partir de alguns elementos levantados por autores como E. P. Thompson e Roger Chartier acerca do analfabetismo. O debate permeia sobre a perspectiva da autonomia, ou seja, na busca do trabalhador brasileiro pela autoformação dentro de um universo militante de caráter anarquista. Temos também a proposta de pensar algumas maneiras de se ter acesso à informação e formação propriamente dita dos militantes, conseqüentemente as ações promovidas pelos anarquistas com o objetivo de contribuir para essa formação.

Palavras-chave: Leitura, Anarquismo, Autonomia.

Abstract: The objective of this article is think about of the reading in Brazil in the early of the XX century, starting from some elements discussed by authors like E.P. Thompson and Roger Chartier about illiteracy. The debate is from the perspective of autonomy, it means, the pursuit of the brazilian workers for self-education inside the universe of anarchist militant. We also have the aim to discuss some ways to have access to the information and in particularly education of the militants, therefore the actions promoted by anarchists with the aim of contribute for this education.

Keywords: Reading, Anarchism, Autonomy.

Este texto tem a proposta de discutir alguns aspectos relacionados à perspectiva da leitura e o movimento operário. Pensar algumas formas de leitura, estabelecendo conexões com o

movimento operário inglês por meio das contribuições de E. P. Thompson e Eric Hobsbawm com o movimento operário brasileiro do início do século XX, identificado com o anarquismo.

Antes de começarmos, gostaríamos de fazer uma ressalva em relação às contribuições de Thompson e Hobsbawm. Sabemos que os contextos e períodos históricos estudados pelos autores são bem diferentes, assim como os seus próprios contextos históricos, contudo, percebemos nos dois estudos aspectos bastante relevantes para nos ajudar a pensar o tema proposto.

A nossa proposta não é apenas pensar na leitura em si, mas também nos seus usos dentro do operariado, como a literatura poderia ter contribuído tanto para o movimento operário em uma época onde o analfabetismo reinava na população brasileira, percebendo o uso das letras como uma das principais formas de militância política, principalmente os jornais, os periódicos, peças de teatro, romances, contos e poesias.

Contudo, é importante deixarmos claro que a nossa proposta não é esgotar o debate sobre o tema, mas principalmente, levantar questionamentos, suscitar novos debates acerca de um tema bastante relevante.

Nesse sentido, entendemos a leitura como um aspecto bastante interessante e importante quando pensamos o Brasil da primeira década do século passado, pois sabemos que a realidade era de um grande índice de pessoas consideradas analfabetas.

Algumas estatísticas demonstram esse elevado número de pessoas que não tinham acesso à escrita e a leitura, e nesse sentido, o analfabetismo de boa parte destes trabalhadores ou não, poderia ser considerado como um limitador de acesso ao conhecimento, à informação.

Essa questão se torna interessante, pois os principais veículos de informação, de militância da época eram os jornais, os periódicos, que também eram utilizados pelos movimentos de classe como meio de denúncia social, de formação ideológica do leitor, de propaganda revolucionária, propaganda anti-clerical, nesse sentido, o domínio da leitura seria fundamental. Como então esse grande número de analfabetos poderia ter acesso a todo conteúdo oferecido?

Sobre o analfabetismo, Jean Foucambert em um trabalho de pesquisa bastante relevante, o autor o define como a “impossibilidade de compreender ou de produzir uma mensagem escrita simples, que trate de questões concretas ligadas à vida cotidiana: sua origem está na falta de domínio do sistema de correspondência entre grafemas e fonemas” (Foucambert, 1994, p. 118). Ou seja, o analfabeto é aquele que desconhece às técnicas necessárias, mesmo que estas sejam bastante simples, utilizadas para a escrita e conseqüentemente seria então um indivíduo impossibilitado de exercer a prática da leitura.

O autor também faz uma distinção entre o analfabetismo e o que chamou de analfabetismo funcional que, para ele “refere-se à mesma impossibilidade, porém envolve pessoas com vários anos de escolaridade que dominaram essas técnicas de correspondência grafo-fonética num certo período de sua vida, mas perderam esse domínio por falta de uso e de exercício com elas”. (Foucambert, 1994, p. 119).

Isto é, a falta de prática constante das técnicas utilizadas por um indivíduo, mesmo com certo grau de escolaridade, o impossibilita de ser um leitor, digamos ativo, alguém com um relativo domínio das letras. Mas, esta falta de interesse ao mundo acadêmico, aos estudos, não

está ligada apenas a uma simples decisão do indivíduo, porém também ao seu cotidiano, aquilo que o cerca, digo isto, pois um trabalhador que não tem tempo, nem a oportunidade de se dedicar a sua educação, não necessariamente este, deixou de praticar a leitura, mas o seu cotidiano o levou a isso.

Aprofundando um pouco mais sobre o tema da leitura e do analfabetismo, o pesquisador Jean Foucambert se propõe re-pensar a leitura não apenas em seu caráter empírico a partir das pesquisas, mas principalmente o caráter social da leitura, ou melhor, o seu papel no dentro espaço social. O autor entende que a leitura não se trata de um ato individual que começa e termina em si, para isso ele elabora uma nova categoria que chamou de leiturização.

O século XIX sofre bastantes alterações no modo de vida das pessoas em geral, a vida comunitária deu lugar a uma sociedade individualizada, urbana, com suas fábricas, pobreza, fome, falta de moradia, desigualdades sociais acentuadas a partir do desenvolvimento do capitalismo, essa situação se torna mais evidente no século XX.

Essas alterações também se dão no espaço escolar, contudo para Foucambert o analfabetismo não seria um resultado de um mau funcionamento do sistema de ensino, mas sim por conta de uma divisão do trabalho, principalmente com o Taylorismo, onde um maior número de pessoas passaram a executar tarefas que não abrem espaço para as iniciativas, para as decisões. (Foucambert, 1994, pp. 18-19). Ou seja, para o autor, "[...] o não-leitor é excluído das redes de comunicação escrita por razões sociais e não técnicas e seus não saberes fazem eco a essa situação de exclusão". (Foucambert, 1994, p. 20).

Entendemos que Foucambert demonstra que o acesso à leitura não está ligado diretamente ao fim do analfabetismo, pois mesmo que o indivíduo tendo escolaridade e aprendido as técnicas de compreensão da mensagem escrita não o torna automaticamente em um leitor, pois esse indivíduo pode ter se afastado destas "redes de comunicação escrita, pela falta de familiaridade com livros e jornais, pela exclusão do indivíduo das preocupações e respostas contidas na elaboração da coisa escrita" (Foucambert, 1994, p. 119), o que o autor chamou de iletrismo.

Nesse sentido, a leiturização é em si um ato reflexivo, o exercício de uma leitura consciente do mundo que o cerca, ou seja, a leitura deve ser realizada de uma maneira crítica, afastando o leitor de uma perspectiva imaginária e o levando para o real. "O único pré-requisito do aprendizado da leitura é ser uma pessoa questionadora do mundo". (Foucambert, 1994, p. 115).

Sobre as estatísticas que tratam dos números de leitores no Brasil entre a segunda metade do século XIX e a primeira década do século XX, Nicolau Sevcenko, tendo como base um artigo escrito por José Veríssimo e publicado em 1900, que trata do analfabetismo no Brasil, aponta que em 1890, de cada cem brasileiros, apenas 14 ou 15 sabiam ler. (Sevcenko, 2003, p. 110).

Já Helena M. Bomeny utiliza um dado estatístico¹ de um recenseamento feito em 1906, que nos permite ter a priori, um quantitativo estimado dos números de analfabetos, em especial nas

¹ Os dados utilizados pela autora foram extraídos de: Brasil. Diretoria Geral de Estatística. Estatística da Instrução (1ª parte, "Estatística Escolar", 1º vol.), 1916. O quadro está incluído no texto "Introdução", assinado por Oziel Bordeaux Rego, da quarta seção da Diretoria Geral de Estatística, pag. CCXI.

idades do Rio de Janeiro e de São Paulo, onde, em cada mil habitantes da cidade do Rio de Janeiro, 231 pessoas sabiam ler e 769 eram analfabetos. Já em São Paulo, de cada mil habitantes, 247 pessoas sabiam ler e 753 eram analfabetos. (Bomeny, 2003, p. 02.).

Os dados apresentados acima suscitam algumas perspectivas de análise: uma das perspectivas diz respeito ao acesso leitura, ou seja, a quantidade de pessoas que poderiam ler por conta das altas taxas de analfabetismo e a possibilidade de entender o texto escrito como uma forma de militância política.

Outra perspectiva trata dos dados estáticos em si, ou seja, até onde estes dados dão conta do real acesso a leitura e, por conseguinte do acesso à informação. A questão posta diante deste quadro se expressa por meio da possibilidade de ser possível identificar outras formas de contato com os textos escritos para além da leitura? E por fim, a própria ideia de traduzir os aspectos cotidianos de uma sociedade por meio dos números, que acabam ignorando as análises dos indivíduos em si.

Talvez partindo de uma forma macro, com o objetivo de exemplificar certos aspectos, os dados estatísticos são válidos, contudo basear-se nestes dados para tentar entender o cotidiano acarreta em um método equivocado, pois desta forma, tal estudo acaba ignorando as particularidades, as experiências, o dia-a-dia do indivíduo.

Partindo desse pressuposto, as pessoas não podem ser consideradas apenas como números a partir de uma análise fria, mas sim, atores principais de suas próprias vidas na perspectiva da pesquisa histórica, principalmente aquelas que estão direcionadas ao pensamento social.

Essa verticalização da pesquisa histórica, ou seja, a busca pelo passado com o olhar de cima para baixo põe de lado o cotidiano, as experiências, a autonomia destas pessoas, podendo atribuir visões de senso comum e até uma análise muito simplista em relação ao indivíduo e a sua sociedade.

E. P. Thompson critica essa forma de se analisar a história e propõe justamente o contrário, pensar a história a partir da base, uma história vista de baixo, e justamente é este o sentido da nossa proposta.

Thompson propõe-se a pensar e construir a história da formação da classe operária inglesa, assim como do próprio século XVIII de uma forma bem detalhada, por meio de fontes que possibilitam o autor a analisar o cotidiano do trabalhador, partindo do pressuposto que cada um é possuidor de experiências, experiências estas que se tornarão um conceito, sobretudo um método de análise histórica.

No texto intitulado *Patrícios e plebeus* publicado no livro *Costumes em Comum*, Thompson aponta que,

cada elemento dessa sociedade, considerando em separado, pode ter precedentes e sucessores, mas que, considerados em conjunto formam uma soma que é maior do que a soma de suas partes: é um conjunto estruturado de relações em que o Estado, a lei, a ideologia libertária, as ebulições e as ações diretas da multidão, todos desempenham papéis intrínsecos a esse sistema, e dentro de limites designados por esse sistema. (Thompson, 2002, p. 77).

A análise de cada elemento da sociedade nos permite entender o cotidiano e assim as suas ações, pois como o próprio historiador inglês chama a atenção, que o significado de um determinado elemento visto de cima é completamente diferente se este for visto de baixo, ou seja, o que para o rico é pode ser encarado como doação, para o pobre pode ser visto como uma conquista, por exemplo. (Thompson, 2002, p. 69).

Ainda sobre a questão dos dados estatísticos, embora Thompson escreva em um contexto específico e respondendo a questões do seu tempo, a sua justificativa em relação aos seus métodos é bastante interessante e muito importante e legítima para demonstrar o que estamos propondo, sintetizando a nossa perspectiva e apontando para o caminho pelo qual pretendemos seguir para pensar os atores sociais. “Minha discussão não tem sido sobre números, riqueza ou até mesmo a presença cultural da classe média, mas sobre sua identidade como um ator político autônomo e com motivação própria, sua influencia efetiva sobre o poder” (Thompson, 2002, p. 81).

Em estudo publicado na primeira metade da década de 60 do século passado, que trata da formação da classe operária inglesa, Thompson inova ao olhar esse trabalhador não apenas como um número, um dado quantitativo, mas como um indivíduo dotado de cultura e de individualidade. Ou seja, o social, o econômico, o político e o cultural são inerentes a este indivíduo. A história *vista de baixo* de Thompson nos ajuda a pensar esses diversos aspectos da sociedade sem perdemos a referência do indivíduo inserido dentro de um contexto.

Sobre a leitura, E. P. Thompson ao tratar da consciência de classe, dedica algumas páginas ao estudo da leitura. O autor aponta que o radicalismo inglês do final da década de 1820 seria uma questão de cultura intelectual, onde a consciência articulada, do que ele chama de autodidata, seria uma consciência política. (Thompson, 2002, p. 303).

O autodidatismo para Thompson seria fundamental para que o indivíduo tenha uma consciência política e organizacional, nesse sentido, o trabalhador, “a partir de sua experiência própria e com o recurso à sua instituição errante arduamente obtida, os trabalhadores formaram um quadro fundamentalmente político da organização da sociedade”. (Thompson, 2002, p. 304).

O próprio termo autodidatismo pressupõe uma disposição do trabalhador em buscar aprender, a buscar o conhecimento, a informação por conta própria, necessidade esta, que parte do interno para o externo, mesmo estando em comunidade, à busca de algo lhes é restrito se torna um fator de uma possível mudança, principalmente para os mais pobres, que veem no conhecimento, perspectivas de ruptura com a situação de penúria pela qual geralmente se encontram.

O ato de se compreender algo, de auto-prover uma educação que é omitida e em grande medida negada pelo Estado, representa também perspectiva autônoma deste operário desprovido de letramento, em organizar-se em diversos movimentos de caráter social. Nesses casos, todo aprendizado pode ser visto como resposta a um desequilíbrio. (Foucambert, 1994, p. 31).

Em relação à perspectiva da autonomia, existem alguns aspectos que gostaríamos de levantar. Um deles se trata da individualidade, ou seja, a autonomia do ponto de vista individual. A

autonomia representa a vitória de um ponto de vista do *eu* em relação ao *outro*, o “domínio do consciente sobre o inconsciente.” (Castoriadis, 1982, p. 123).

Partindo desse pressuposto, as experiências do indivíduo, a sua concepção de verdade, a formação adquirida ao longo de uma vida, faz com que o seu discurso se sobreponha ao discurso do outro, que está incutido em seu imaginário, nesse momento que o discurso do *outro* deixa de ser o *seu*, o indivíduo rompe a barreira da alienação e passa a ser um sujeito autônomo. Partindo desse pressuposto, a autonomia representa uma tomada de consciência adquirida pelo indivíduo, nesse sentido podemos dizer que o oposto da autonomia seria a alienação.

Ou seja, o discurso do outro está presente no imaginário do indivíduo, que o domina e o torna algo que não *é*, a partir do instante que o indivíduo abandona o discurso do *outro*, ele passa a falar por *si*. Como aponta o filósofo grego Cornelius Castoriadis: “A autonomia torna-se então: meu discurso deve tomar o lugar do discurso do outro, de um discurso estranho que está em mim e me domina: fala por mim.” (Castoriadis, 1982, p. 124). Quando o sujeito nega o discurso do outro, ele admitir que tem o domínio de seu próprio discurso, exercendo sobre si sua própria verdade, não tendo mais que apoiar-se em outra verdade que não seja a sua.

Um discurso que é meu é um discurso que negou o discurso do outro; que o negou, não necessariamente em seu conteúdo, mas enquanto discurso do Outro; em outras palavras que, explicitando ao mesmo tempo a origem e o sentido desse discurso, negou-o ou afirmou-o com conhecimento de causa, relacionando seu sentido com o que se constitui como a verdade própria do sujeito – como minha própria verdade. (Castoriadis, 1982, p. 125).

Castoriadis levanta outro aspecto sobre a autonomia, onde esta não apenas relaciona-se ao individual, todavia também deve ser pensada no coletivo, existindo assim uma relação histórica, pois a autonomia não elimina o discurso do outro por completo, na verdade, ela instaura outra relação entre o discurso do *outro* e o discurso do sujeito. (Castoriadis, 1982, p. 126).

O que acontece na verdade, é um acúmulo de experiências individuais e coletivas somadas à formação do indivíduo, fazendo com que este rompa com o discurso do outro e assuma o seu próprio ponto de vista.

A autonomia não é eliminação pura e simples do discurso do outro, e sim elaboração desse discurso, onde o outro não é material indiferente, porém conta para o conteúdo do que ele diz, que uma ação intersubjetiva é possível e que não está fadada a permanecer inútil ou a violar por sua simples existência o que estabelece como seu princípio. (Castoriadis, 1982, p. 129).

A ideia de autonomia é bastante importante para nos ajudar a compreender os atores do movimento operário e por isso, destacamos a importância dada por Castoriadis ao conceito de autonomia, pois para ele a autonomia seria algo que deve ser desejado para todos e que sua realização se trata de uma empreitada coletiva (Castoriadis, 1982, p. 129), ou seja, a autonomia

do indivíduo é fundamental para que os objetivos e os caminhos do projeto revolucionário. (Castoriadis, 1982, p. 122). A partir desta reflexão sobre a perspectiva da autonomia, percebemos que ela está presente no caráter formativo dos militantes, onde as ações autônomas destes representam uma tomada de consciência, sobrepondo-se ao discurso do outro.

Retomando a proposta do autodidatismo que parte da necessidade de se auto-alfabetizar, de buscar outras formas e maneiras de se ter acesso às informações, que partindo deste princípio, inviabiliza o critério de quantificar o número de analfabetos, que não dá conta de uma realidade sobre o acesso e circulação da informação, Thompson chama a atenção para este fato, apontando que “de forma nenhuma o analfabetismo (devemos lembrar) excluía os indivíduos do discurso político”. (Thompson, 2002, p. 304).

Este é um ponto bastante interessante, pois de fato, a estatística sobre o analfabetismo não aponta com clareza os aspectos sobre o conhecimento em si e principalmente o acesso à informação, por razões óbvias, pois a taxa de analfabetismo significa apenas um dado ligado à deficiência na escrita e na leitura.

Entretanto, esta noção é bem limitada e digamos simplista, principalmente quando a nossa proposta pretende avançar para além dos dados estáticos e busca compreender a pessoa em si.

Eric Hobsbawm ao estudar um grupo de artífice específico, nos ajuda com exemplos sobre o que estamos tentando demonstrar. Os sapateiros constituem um ofício exercido por trabalhadores bastante politizados, participativos e combativos. Independente de sua ideologia política, eles poderiam ser encontrados em movimentos grevistas, manifestações, revoltas. Na verdade, têm como características principais, além do seu ofício, o fato de serem ativistas e intelectuais. (Hobsbawm, 1988, p. 151).

Segundo Hobsbawm, a radicalidade tinha origem nas próprias especificidades do seu ofício, no fato de exercerem a sua profissão de forma autônoma, alguns exerciam as atividades em oficinas grandes que abrigavam outros ofícios, desenvolvendo uma coletividade que atravessava barreiras, possibilitando que outros tivessem acesso às informações, instituindo a figura do leitor, que em forma de rodízio, lia jornais ou livros em voz alta para os demais trabalhadores. (Hobsbawm, 1988, p. 161).

Nem todos os sapateiros trabalhavam em grandes oficinas, portanto, muitos exerciam seu ofício em lugares pequenos e sozinhos, como o trabalho não exigia grandes esforços físicos, o cansaço não era um empecilho para o pensamento. “O trabalho do sapateiro, portanto, permitia o pensamento e a discussão durante sua execução; seu frequente isolamento durante as horas de trabalho faziam-no recorrer a seus próprios recursos intelectuais.” (Hobsbawm, 1988, p. 162).

Outro fator apontado pelo autor para o desenvolvimento político e social do sapateiro tinha a ver com o seu próprio público, ou seja, os seus clientes. Para Hobsbawm, “o que realmente o distinguia era o seu contato com grandes quantidades de pessoas humildes e sua independência com relação a seus protetores, clientes abastados e empregadores.” (Hobsbawm, 1988, p. 167).

Esse contato com todos os grupos sociais, principalmente os pobres e a sua independência em relação aos ricos, somado a sua capacidade intelectual, fazia do sapateiro um

militante ativo, consciente dos problemas econômicos, sociais e políticos enfrentados pelo seu tempo, onde não somente estavam presentes nos *fronts* de luta, liam para si e para os outros, demonstrando uma preocupação com a formação das pessoas ao seu redor, dando-lhes acesso à informação inviabilizada pela via formal da educação.

Roger Chartier em um artigo intitulado *Do livro a leitura*, também irá criticar este critério de análise que parte da alfabetização como um determinante do número de leitores e consequentemente do acesso à informação. Assim como Thompson, Roger Chartier chama a atenção para a questão da escrita e da leitura, onde “trata-se, portanto de reconstruir, se possível, essas diferenciações mascaradas até hoje pelo emprego da noção necessariamente simplificadora da alfabetização, que opõe sem nuances duas populações: a dos leitores alfabetizados e a dos iletrados”. (Chartier, 2011, p. 82).

Roger Chartier apresenta um argumento bastante interessante e que nos ajuda a pensar a questão da leitura transportada para o universo brasileiro do início do século XX. Esse argumento tem a ver com a posse material do livro, ou seja, essa posse privada não pode ser atribuída como a única forma de leitura, pois o acesso ao texto escrito ocorria de diversas formas: em bibliotecas, empréstimos, e até mesmo leituras realizadas em voz alta.

A leitura feita em voz alta pode ser pensada como uma alternativa para a falta de escolaridade de grande parte da população, que inviabilizava o acesso ao texto escrito, mas também deve ser pensada como uma solução encontrada na própria tradição do ser humano para superar esse desnível educacional. Pois a tradição de transmissão oral remete aos tempos mais antigos, sempre utilizada como recurso de acesso a um conteúdo, mesmo antes da escrita. Contudo, mesmo com a escrita, a leitura em voz alta continuou sendo utilizada como meio de transmissão de conteúdos.

Temos a princípio dois caminhos para o debate, mas que no fim, levam para uma conclusão, o que Chartier chamará de *maneiras de ler*, ou poderíamos atribuir outro termo, o de *leitura social*, trataremos desta ideia mais adiante.

Em um primeiro momento temos a questão da escrita como um fator predominante para a alfabetização e consequentemente para a leitura, essa ideia pressupõe que aquele que sabe assinar, por conseguinte sabe ler, caracterizando o acesso a alfabetização e, portanto podemos considera-lo leitor.

Entretanto, ambos, tanto Roger Chartier quanto Edward P. Thompson discordam desta explicação apresentando uma argumentação bastante válida, onde aquele que não sabe escrever teria acesso à leitura, ao conhecimento por diversas maneiras, significando que a escrita não seria um critério basilar, ou seja, o acesso ao conhecimento vai mais além do critério da escrita, principalmente ao que diz respeito à leitura, pois o ato de ler um texto escrito pode ser tanto individual quanto coletivo.

Thompson se refere, por exemplo, na necessidade do autodidata em adquirir conhecimento, sendo assim, um trabalhador poderia andar por grandes distâncias para poder ouvir um discurso de um orador considerado radical, assim como em períodos de fermentação política, os analfabetos tinham o costume de pedir aos seus companheiros de trabalho para ler os periódicos em voz alta. (Thompson, 2002, p. 305).

Mas também precisamos ver essa ideia do autodidatismo com certo cuidado, pois o que se fala não necessariamente é o que entende. Como o próprio Thompson nos alerta, quando, por exemplo, uma determinada palavra quando é entendida de maneira errada, esta pode dar outro significado em relação ao proposto inicialmente. A forma de como se entende, determinada ideia do texto. “A capacidade de operar com argumentos abstratos e sucessivos não era absolutamente inata; tinha de ser descoberta à custa de dificuldades quase esmagadoras.” (Thompson, 2002, p. 305).

Roger Chartier apresenta uma conclusão sobre a questão do analfabetismo, que entendemos ser fundamental para o debate, sintetizando o que pensamos sobre o assunto.

Portanto, se todos os homens que sabem assinar podem, sem dúvida, ler, pelo contrário, nem todos que sabem ler podem assinar. Portanto, não é possível restringir a capacidade de leitura das sociedades tradicionais apenas às porcentagens de alfabetização, classicamente calculadas. (Chartier, 2011, p. 80).

Dando um salto para o Brasil do final do século XIX e início do XX, percebemos que todos esses elementos discutidos anteriormente, estão presentes na história dos trabalhadores brasileiros, onde temos uma grande quantidade de analfabetos, porém, estes dados não significam que o universo das letras, dos textos escritos, não tenham sido importantes para a formação de militantes.

Os anarquistas desde sempre, estavam preocupados com a educação do povo, tinham a consciência da necessidade da instrução do operário, assim como a necessidade de instruir toda a sua família, entendendo que a transformação do indivíduo começa pela sua formação.

Como expõe Élisée Reclus, “que a evolução e a revolução são dois atos sucessivos de um mesmo fenômeno, a evolução precedendo a revolução, e esta precedendo uma nova evolução”. (Reclus, 2002, p. 25).

Essa evolução dita acima está, sobretudo, ligada a educação, nesse sentido, a maioria dos pensadores libertários se dedicaram em algum momento a pensar a educação, fora dos padrões burgueses e religiosos.

Mikhail Bakunin, um dos expoentes mais importantes do anarquismo, como pensador e principalmente, como militante, ao escrever sobre sua tese que trata da instrução integral do homem publicada no jornal *L'Égalité* entre os anos de 1869 e 1871, afirma que as atividades de caráter intelectual e braçal do indivíduo devem ser desenvolvidas de forma igual,

longe de se prejudicarem mutuamente, cada qual deve apoiar, ampliar e reforçar a outra; a ciência do sábio se tornará mais fecunda, mais útil e mais ampla quando o intelectual não ignorar o trabalho manual; e o trabalho do operário instruído será mais inteligente e, por conseguinte, mais produtivo do que o do operário ignorante”. (Bakunin, 1998, p. 25).

No movimento operário de caráter anarquista brasileiro, essa preocupação será bastante evidente, não apenas na produção textual, mas também nas próprias ações dos militantes, que percebiam a dificuldade de se transmitir, de realizar a propaganda ideológica por conta do grande número de analfabetos.

Nesse sentido, uma das formas encontradas para tentar diminuir essa distância entre educação e os sem instrução, era fortalecer e multiplicar às festas de associações de classe, onde diversos grupos teatrais encenavam peças que em geral, tinham trechos publicados em periódicos de orientação libertária. (Rodrigues, 1992, p. 25).

Edgar Rodrigues, um grande memorialista libertário, descreve justamente essa necessidade e vontade de acesso à informação por parte dos trabalhadores, onde aqueles que eram mais instruídos, “tinha de ler os jornais e prospectos em voz alta, em grupo, nos locais de trabalho, nas horas do “almoço” ou nas sedes das associações para que a maioria de analfabetos pudessem ouvir, compreender as ideias, os métodos de luta, memorizá-los, assimilá-los.” (Rodrigues, 1992, p. 25).

Abriremos um parêntese para destacar ainda nesse contexto brasileiro do final do século dezenove e início do século vinte, outra forma de ação para buscar diminuir esse foço na educação brasileira, com a criação de diversas Escolas Modernas pelo país, inspiradas em grande medida pela proposta de uma escola racional e libertária de Francisco Ferrer Y Guardia. Destaco a inauguração da Universidade Popular do Ensino Livre em 1904 na cidade do Rio de Janeiro, pensada por diversos militantes, entre eles, Fábio Luz.

Essa leitura realizada em voz alta era uma forma de educação popular, de formação do indivíduo, às vezes a leitura pública carregava consigo uma dramatização, ganhando tons de teatro, de encenação, atraindo o público não apenas pela mensagem lida, mas também pela forma de como era lida, entretanto, independentemente da forma, o importante era o conteúdo e o objetivo que deveria ser alcançado por meio dele, ou seja, as leituras públicas verdade tinham como objetivo a divulgação de grandes obras de literatura e do pensamento anarquista.

Não somente as leituras feitas em voz alta serviam como uma via de acesso para o trabalhador iletrado ao conhecimento, aos postulados libertários ou as notícias diárias, mas também se utilizavam do teatro social, onde as peças tinha caráter combativo, explicativo e educativo, tratando de diversos assuntos, desde a ideologia em si como a questão da religião e a sociedade.

Nesse debate sobre a experiência, o cotidiano, a partir de uma análise mais doméstica sobre um determinado contexto, é possível perceber certa intencionalidade desses autores anarquistas, pois sua literatura não estava condicionada no sentido de uma estética literária ou títulos e ascensão social, sendo uma de nossas hipóteses, mas sim, a uma militância política em diversos campos, nesse viés, discordamos do postulado defendido pelo semiólogo italiano Umberto Eco no que diz respeito à intenção do autor. Eco afirma que:

[...] quando um texto é produzido não para um único destinatário, mas para uma comunidade de leitores, o/a autor/a sabe que será interpretado/a não segundo suas intenções, mas de acordo com uma complexa estratégia de interações que também

envolvem os leitores, ao lado de sua competência na linguagem enquanto tesouro social². (Eco, 2012, pp. 79-80).

Concordamos com Eco principalmente quando ele diz que a interpretação deve ser feita por meio de diversos aspectos, mais relacionados à cultura do que a língua. Porém, discordamos, como colocamos acima, sobre a questão da intenção. De fato, certas intenções de determinados autores serão difíceis de detectar, e a interpretação pode ser problemática, mas insisto, que em determinados textos escritos nós podemos sim identificar a intenção do autor, para quem ele foi endereçado.

Destacamos como exemplo, o romance escrito pelo médico baiano de nascimento, mas morador da cidade do Rio de Janeiro, Fábio Luz, publicado em 1903. O *Ideólogo* aborda diversas questões que fazem parte do universo do autor. Se pensarmos no contexto histórico, de reformas, de doenças, de pobreza, da situação de pobreza vivida pela maioria da população da então capital federal. O romance trata dos diversos temas citados, com um tom de crítica social de um presente difícil e apresenta perspectivas para o futuro, propondo uma ruptura com o atual estado de coisas para uma sociedade onde não haja mais a exploração do homem pelo homem.

Contudo, a partir de uma análise da obra, do autor e do contexto, isto é, o cotidiano em que este autor está inserido, as questões sociais, políticas e econômicas podem estar presentes em seu texto. Nesse sentido, a literatura produzida por militantes anarquistas que se utilizam do texto literário como meio de formação política, meio para realizar denúncias, seria um exemplo de intencionalidade textual.

Roger Chartier novamente nos traz elementos bastante significativos para o debate. O autor aponta diferenças entre produção de textos e produção de livros, onde pesquisador francês define como produção de textos, o uso de “senhas, explícitas ou implícitas, que um autor inscreve em sua obra a fim de produzir uma leitura correta dela, ou seja, aquela que estará de acordo com sua intenção.” (Chartier, 2011, p. 96).

O autor assinala que existe um conjunto de práticas que resultam de uma escrita textual, onde o autor tende a impor formas de leitura, que o aproximam do leitor, ou seja, “uma maneira de ler que lhe é indicada, seja fazendo agir sobre ele uma mecânica literária que o coloca onde o autor deseja que esteja.” (Chartier, 2011, p. 97).

A partir desse pressuposto, entendemos que alguns textos escritos podem ser endereçados para leitores específicos, e nesse sentido, podem possuir uma leitura pré-determinada de acordo com o propósito do autor, contudo, a interpretação se dá em grande medida de forma individual, onde cada leitor analisa e absorve o escrito da sua maneira, neste contexto, cada leitor significa uma possível interpretação, convergente ou não, dando múltiplos sentidos ao texto escrito.

Esses múltiplos sentidos ocorrem, não somente por conta especificamente da educação, formação política ou cultural que este ou aquele leitor tenha adquirido ao longo da sua trajetória

² Umberto Eco entende como tesouro social, “não apenas uma determinada língua enquanto conjunto de regras gramaticais, mas também toda a enciclopédia que as realizações daquela língua implementaram, ou seja, as convenções culturais que uma língua produziu e a própria história das interpretações anteriores de muitos textos, compreendendo o texto que o leitor está lendo.” P 80

de vida, mais também é um aspecto que deve ser levado em consideração quando tratamos do autodidatismo.

Thompson, abordando sobre o contexto inglês, durante o processo de formação de uma classe operária do início do século XIX, aborda a temática do autodidatismo e a entendemos como uma ótima contribuição para pensarmos o Brasil do início do século XX. “O autodidata tinha, muitas vezes, um entendimento desigual e difícil, mas era seu. Como tinha sido obrigado a encontrar seu próprio caminho intelectual, pouco tomou de empréstimo: sua mente não se movia dentro da rotina estabelecida de uma educação formal.” (Thompson, 2002, pp. 339-340).

O autodidatismo representa então não somente uma forma autônoma do trabalhador em buscar melhorar seu desenvolvimento educacional, assim como uma proposta de ruptura em relação à exploração que diariamente o impede de ter uma vida tranquila, a exploração do homem sobre o homem é algo a ser combatido também pelo autodidata.

A ideia do autodidatismo como uma busca por uma formação informal e por informações complementa a ideia de diversas formas de leitura de um texto escrito. A busca autônoma por outra maneira de acesso a informação por parte do trabalhador, possibilita ao mesmo tempo outras maneiras de se poder ler um texto escrito.

Partindo desse pressuposto, buscamos de alguma maneira sintetizar as ideias acima, acrescentando o contexto histórico brasileiro de militância anarquista por meio da literatura em um termo que denominamos como *Leitura social*.

Sobre o termo, entendemos por *leitura social*, as diversas formas de se adquirir, de se chegar ao conhecimento contido em um texto escrito por parte daqueles que não sabem ler. Esse acesso ao conhecimento pode ser feito por diversas formas, como as leituras realizadas em voz alta, assim como a encenação de textos escritos publicados em diversos veículos de informação por meio de peças teatrais ou até mesmo canções.

Contudo, dois aspectos devem ser levados em consideração: o primeiro diz respeito aos objetivos, nesse sentido, a formação política, a denúncia e crítica social são os principais pontos buscados por este leitor. O segundo ponto diz respeito à autonomia, onde o próprio leitor iletrado tem a consciência de que a sua formação e conseqüentemente a perspectiva de mudança, só depende dele mesmo, ou seja, o indivíduo sente a necessidade de romper com as barreiras impostas pela sociedade burguesa em relação à educação, buscando instruir-se, educar-se.

Essa perspectiva de diversas formas de contato como o texto escrito pressupõe também diversas formas de interpretação do mesmo, o que é bem interessante implicando também na própria autonomia do indivíduo no sentido da liberdade de um entendimento próprio de um determinado assunto, sem uma tutela formal sobre o que se lê, e principalmente sobre o que se pensa sobre o que foi lido.

Conclusões e perspectivas:

A nossa proposta foi pensar e suscitar algumas questões relacionadas ao universo da leitura e dos leitores e principalmente a sociedade de iletrados, tanto no que diz respeito ao indivíduo e quanto a sua coletividade. Sempre refletindo o papel da leitura, ou seja, da literatura produzida como um canal de militância política.

A leitura relaciona-se a dois aspectos principalmente, ao indivíduo em si e a sociedade da qual esse indivíduo pertence, está inserido.

É bastante interessante perceber que os próprios militantes do movimento operário da cidade e os do campo, entendem que eles são os responsáveis pela transformação da sociedade em que estão inseridos, partindo desse pressuposto, a ruptura de uma vida de exploração do homem sobre o homem só será possível por meio das suas próprias mãos.

Nesse ponto, é interessante pensar na proposta autônoma de revolução, não dependendo de militantes profissionais que os guiem para um caminho de luz.

Mesmo com todo o esforço da burguesia e do Estado, porém, não podemos deixar de mencionar o papel importante da igreja nesse processo, de tirar a possibilidade de qualquer tipo de instrução, negando-lhes a educação, o trabalhador buscou se instruir.

Contudo, mesmo com todos os empecilhos somado ao cotidiano na labuta, esses trabalhadores por sua própria conta, insisto, de forma autônoma, passaram a buscar uma auto- formação, de diversas formas, como a leitura em voz alta, as festas operárias, as encenações de peças teatrais, músicas, poesias, contos, etc.

Entendendo que a formação é extremamente importante para a crítica, para propor soluções, para o debate em si, para perceber como se dá o processo de exploração, entender os mecanismos que os oprimem.

Além da proposta de autonomia do trabalhador, entendemos o papel essencial da literatura nesse processo de formação, principalmente. Literatura, não apenas em textos ficcionais, mas também o que era produzido pela imprensa operária e nesse sentido a importância da leitura e da educação nesse processo.

Referências Bibliográficas:

BAKUNIN, Mikhail. A instrução integral. IN: Revista Novos Tempos. São Paulo, Editora Imaginário, 1998, nº 01.

BOMENY, Helena. Quando os números confirmam impressões: desafios na educação brasileira. Rio de Janeiro: CPDOC, 2003.

CASTORIADIS, Cornelius. A instituição Imaginária da Sociedade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

CHARTIER, Roger. Do livro a leitura. IN: CHARTIER, Roger (ORG). Práticas da leitura. 5ª Edição. São Paulo: Estação Liberdade, 2011.

ECO, Umberto. Interpretação e superinterpretação. 3º edição. São Paulo: Martins Fontes, 2012.

FOUCAMBERT, Jean. A leitura em questão. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.

HOBBSAWM, Eric J. Mundos do trabalho: Novos estudos sobre história operária. 2ª Edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

RECLUS, Élisée. A evolução, a revolução e o ideal anarquista. São Paulo: Editora Imaginário, 2002.

RODRIGUES, Edgar. O anarquismo: na escola, no teatro, na poesia. Rio de Janeiro: Achiamé, 1992.

SEVCENKO, Nicolau. Literatura como missão: Tensões sociais e criação cultural na Primeira República. 2ª Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

THOMPSON, Edward P. A formação da classe operária inglesa. A força dos trabalhadores. 3º Ed, Tomo III. Rio de Janeiro: Paz e terra, 2002.

_____. Costumes em comum. São Paulo: Cia das Letras, 2002.